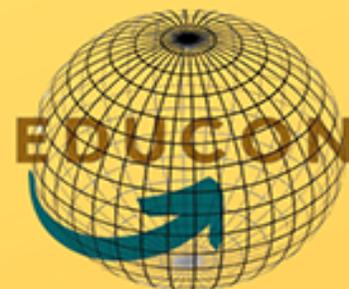




Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 10, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 10 - ENSINO SUPERIOR

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.10.09>

Recebido em: **30/07/2020**

Aprovado em: **31/07/2020**

A RAÇA E O GÊNERO NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR; RACE AND GENDER
IN THE TEACHING OF HIGHER EDUCATION; RAZA Y GÉNERO EN LA ENSEÑANZA
DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR

ISRAEL JAIRO SANTOS

<https://orcid.org/0000-0001-5684-6070>

PATRICIA MODESTO MATOS

[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-3763-7895](https://orcid.org/0000-0002-3763-7895)

DALILA XAVIER DE FRANÇA

Resumo: O presente artigo buscou analisar as desigualdades raciais e de gênero na docência da educação superior brasileira. Para tanto, recorreu aos dados censitários e a pesquisas empíricas que se debruçaram acerca do recorte racial e de gênero para compreender as disparidades entre homens e mulheres e entre brancos e negros no magistério superior. Além disso, investigou os relatórios sobre o corpo docente disponíveis na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Os achados apontam para um ambiente acadêmico predominantemente masculino, marcado pela ausência ou quase inexistência de docentes negros nas instituições. Ademais, identificou uma escassez ou ausência de dados acerca da cor/raça dos docentes, inclusive na UFS. Assim, é imperioso que as informações sobre a cor/raça dos professores sejam investigadas e publicadas para que a sociedade tenha conhecimento e possa combater as desigualdades que permeiam os vários espaços, inclusive as IES brasileiras.

Abstract: This article sought to analyze racial and gender inequalities in the teaching of Brazilian higher education. To this end, it used census data and empirical research that looked at racial and gender aspects to understand the disparities between men and women and between whites and blacks in higher education. In addition, it investigated the faculty reports available at the Federal University of Sergipe (UFS). The findings point to a predominantly male academic environment, marked by the absence or almost nonexistence of black teachers in the institutions. In addition, it identified a scarcity or absence of data about the color / race of teachers, including at UFS. Thus, it is imperative that information about the color / race of teachers be investigated and published so that society has knowledge and can combat the inequalities that permeate the various spaces, including Brazilian HEIs.

Resumen: Este artículo buscaba analizar las desigualdades raciales y de género en la enseñanza de la educación superior brasileña. Con este fin, utilizó datos del censo e investigaciones empíricas que analizaron aspectos raciales y de género para comprender las disparidades entre hombres y mujeres y entre blancos y negros en la educación superior. Además, investigó los informes de la facultad disponibles en la Universidad Federal de Sergipe (UFS). Los hallazgos apuntan a un ambiente académico predominantemente masculino, marcado por la ausencia o casi inexistencia de maestros negros en las instituciones. Además, identificó una escasez o ausencia de datos sobre el color / raza de los docentes, incluso en UFS. Por lo tanto, es imperativo que la información sobre el color / raza de los docentes sea investigada y publicada para que la sociedad tenga conocimiento y pueda combatir las desigualdades que impregnan los diversos espacios, incluidas las IES brasileñas.

INTRODUÇÃO

As diversas transformações ocorridas na educação brasileira, ao longo dos anos, têm demonstrado os avanços que ela pode contabilizar. Entretanto, ainda há muito o que ser feito. Inclusive, quando analisamos a estrutura na qual se processa o ensino brasileiro, podemos destacar que ela ainda preserva algumas bases antigas destoantes da urgente necessidade de tornar-se diversa e equânime para uma sociedade multirracial a qual é a brasileira. Então, é a partir desta perspectiva associada aos aspectos raciais e de gênero que o presente artigo objetiva analisar a composição da docência do nível superior no Brasil.

Ao analisarmos a forma como processou, institucionalmente, a ausência dos negros nos espaços escolares em nosso país, constataremos que, há pouco tempo, não havia a necessidade de catalogar a raça dos docentes que atuavam no ensino superior. Deste fato, nas mais rasas tentativas de compreensão, pode-se interpretar que não havia uma necessidade para tal feito nas ações censitárias a respeito do perfil dos educadores quanto aos aspectos raciais da amostra. A exemplo, temos a publicação da Estatística dos Professores no Brasil, publicada em 2004, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – Inep, na qual, a raça foi suprimida dos relatórios (INEP, 2004).

Por outro lado, é sabido que o ideário mitológico da democracia racial naturalizou as desigualdades sociais impostas aos negros e reduziu à percepção social do racismo e dos efeitos que o mesmo produz, a uma compreensão de que as desigualdades impostas aos negros, no Brasil, tratam apenas de um mero problema de classe ou de estratificação social (COELHO, 2003). Aspecto que, danosamente, durante muito tempo, tornou vazias todas as discussões que os movimentos sociais negros propunham à sociedade para a igualdade racial (ARBOLEYA; MEUCCI, 2015).

As consequências do mito da democracia racial se estendem aos dias atuais nas mais variadas formas de negação do racismo (LIMA; VALA, 2004), e da naturalização das estruturas de uma sociedade conforme os moldes escravistas do passado, onde os negros compõem a população deste país, porém, eles estão fora dos espaços midiáticos (BARRETO; CECCARELLI; LOBO, 2017), dos padrões de beleza (SANTOS, 2015), confusos em sua identidade étnica (KREUTZ, 1999) e buscando eufemismos para apagar o peso de ser negro nessa estrutura social (FRANCISCO, 2018).

Outra forma de compreensão da realidade racial brasileira reside nas investigações da Psicologia Social. Esta área sinaliza que, a invisibilidade dos negros nas escolas e universidades tinha razões lógicas e sustentavam o funcionamento social vigente da dinâmica intergrupar dessa sociedade: a dominação de um grupo sobre outro. Tal estrutura valeu-se dos estereótipos raciais para justificar, por exemplo, a posição dominante do branco sobre o negro, corroborando com a manutenção do *status quo* do dominador (TAJFEL, 1981), ou seja, a manutenção do *status quo* da branquitude no Brasil. Outrossim, destacamos o fenômeno dos estereótipos pelo seu caráter psicossocial - o modo como eles, enquanto imagens mentais que se inter cruzam com a realidade (LIPPMANN, 1922), sendo assim crenças, ideias, características ou traços compartilhados socialmente e atribuídos a grupos de modo geral, baseados em uma infinidade de critérios (LIMA; VALA, 2004) – que, corroborou para justificar a ordem racialmente desigual estabelecida em nosso país. Além disso, as pesquisas têm apresentado que, os estereótipos raciais no Brasil se constituem em sérios problemas na atualidade (PAIM; PEREIRA, 2011), inclusive com repercussões no âmbito acadêmico (STEELE; ARONSON, 1995).

Por um lado, constatamos que o racismo se fez presente no processo educacional através de diversas formas de promoção da exclusão dos negros. Por outro, quanto ao gênero, não podemos afirmar se a exclusão se processou de igual maneira, mesmo sendo, durante muito tempo, o acesso à educação um privilégio exercido pelos homens. Porém, atualmente, as mulheres dominam quantitativamente os espaços educacionais em nossa sociedade. Informação revelada pelo censo da educação básica

(2017) que expõe o perfil dos professores brasileiros: predominantemente feminino (81%), em sua maioria mulheres brancas (42%) e com idade média de 41 anos. Em outro âmbito, o censo da educação superior de 2018 revela que 71,3% dos alunos matriculados em cursos de licenciatura são mulheres e são elas que buscam mais níveis de escolarização, pois dos docentes da educação básica que estavam em cursos de nível superior em 2018, 72,7% deles eram mulheres.

O expressivo número de mulheres na educação, pode nos remeter a falsa ideia de que ela seja dominada por mulheres, porém, talvez isso seja apenas uma falsa aparência. Pois essas mulheres atuam, principalmente, nas etapas iniciais da educação (CARVALHO, 2018). Assim, as mulheres são a principal força de trabalho na educação brasileira, mas será que elas permanecem com destaque conforme aumenta o nível de ensino?

Sendo elas o maior público nas estatísticas de ingressos, matrículas e concluintes nos cursos superiores de graduação (INEP, 2018), é esperado que as mulheres estejam em maioria na docência das instituições brasileiras de ensino superior. Isso porque, conforme ascende o nível educacional da docência, aumenta o prestígio social atribuído à profissão, pois é socialmente reconhecido como o maior grau na hierarquia do ensino brasileiro. Aspecto também validado pelo acréscimo econômico de salários aos docentes do nível superior. Embora, não havendo diferenças nos rendimentos entre o gênero dos professores nas instituições públicas, é sabido que os profissionais da educação básica têm a remuneração inferior quando comparados àqueles que atuam no ensino superior (BACKES; THOMAZ; SILVA, 2016).

Os dados apresentados sobre o perfil da docência no nível superior, a partir da Psicologia Social, revelam uma sociedade estruturada de maneira desigual que, em suas especificidades, reforçam uma hierarquia de poder e dominação não contemplando as mulheres e, tampouco, os negros. Este posicionamento crítico nos permite questionar se as mulheres estão em maior número no cenário da educação, e se elas, realmente, dominam os espaços de prestígio na educação. Além do mais, por que, em um país de maioria negra, os negros não estão presentes nos espaços de poder e prestígio? (INSTITUTO ETHOS, 2016) E, especificamente, por que os negros não estão presentes, de maneira expressiva, nos domínios da docência de nível superior, uma vez que eles são maioria numérica na população brasileira? (IBGE, 2010).

As hipóteses levantadas são que, os negros, de modo geral, estão sub-representados nos espaços de docência do nível superior e as mulheres não estejam nos espaços de maior prestígio na educação brasileira. Contextos que, confirmados, nos leve a endossar uma posição antirracista, na qual devemos assumir e constantemente questionar a realidade racial posta como natural na sociedade. Ademais, assumir o posicionamento de sermos todos feministas, tal qual Chimamanda Ngozi Adichie (2012) defende, pois quanto mais perto do topo uma mulher chega, menos mulheres ela encontra.

No que se refere aos aspectos raciais e de gênero na docência do ensino superior, analisamos como a educação brasileira representa muito bem os ideais sociais de uma sociedade racista e patriarcal. Assim, conhecer os aspectos do cenário educacional em nossa sociedade colabora para uma visão detalhada de como as relações de poder estão presentes nas minúcias da educação brasileira e demonstra o quanto ela ainda precisa de mudanças, não apenas no que diz respeito às práticas pedagógicas, mas sobretudo, o quanto ela precisa rever seus construtos paternalistas e escravistas.

GÊNERO E RAÇA NAS RELAÇÕES DE PODER

O gênero e as relações de poder

O conceito de gênero surgiu em meados dos anos 70 para abordar as questões relacionadas às diferenças sexuais (SCOTT, 1995) e foi disseminado, a partir dos anos 80, no campo científico (MATOS, 2008). É uma palavra que resulta da rejeição ao determinismo biológico subjacente as categorias e as diferenças sexuais para dar luz aos aspectos interdependentes que decorrem das

relações entre homens e mulheres (SCOTT, 1995). Assim, ocorre uma demarcação conceitual para diferenciar os termos gênero e sexo (MATOS, 2008).

O termo gênero faz referência aos dois sexos e às relações sociais que resultam deles. Sendo que não está fundamentado, especificamente, na questão biológica e “não significa homem e mulher tal como nascem, mas tal como [se] fazem, com diferentes poderes, diferentes comportamentos, diferentes sentimentos”. Portanto, gênero é uma construção social que delimita o papel desempenhado por cada sexo na sociedade. Também “[...] pode ser compreendido como uma convenção social, histórica e cultural, baseada nas diferenças sexuais. Logo, está ligado às relações sociais criadas entre os sexos” (FOLLADOR, 2009, p. 03).

Entende-se que, o gênero sinaliza o caráter social das diferenças entre homens e mulheres e destaca as implicações decorrentes dessa relação. Não é possível estudar e entender a condição da mulher em uma sociedade sem considerar a influência do homem nesse contexto; premissa que serve tanto para um quanto para o outro, pois o espaço que a mulher ocupa faz parte do espaço ocupado pelo homem e que foi por ele criado. Destarte, estudar gênero possibilita o entendimento da complexidade imbricada nas mais diversas formas que o ser humano interage (SCOTT, 1995).

Diante do alcance teórico e reflexivo que envolve o termo gênero, este pode ser abordado como um elemento que constitui as relações sociais resultantes das diferenças percebidas nas categorias sexuais, como uma forma de dar significado as relações de poder e tem sido um meio pelo qual o poder político tem sido idealizado, legitimado e criticado. Para garantir esse poder, o contexto deve parecer natural, divino, certo, fixo (SCOTT, 1995).

É comum encontramos, em nossa sociedade, os espaços, que envolvem maior prestígio, sendo ocupados por homens e, aparentemente, não é algo questionado pela maioria das pessoas, nem mesmo pelas mulheres. Tal fato resultou do processo histórico desenvolvido pela sociedade que delimitou e ainda delimita o lugar que cada pessoa, baseado na diferença sexual, deve ocupar. Para a mulher, pela capacidade de trazer uma criança ao mundo, foi destinado o papel de cuidar dos filhos e do lar e para o homem, o papel de provedor. Então, essa naturalização das funções, baseada no sexo, concebe de forma natural que a mulher ocupe o espaço doméstico, enquanto o homem, o espaço público (SAFFIOTI, 1987).

Dessa forma, “não é difícil observar que homens e mulheres não ocupam posições iguais na sociedade brasileira”. Os espaços ocupados pelos sujeitos resultam do investimento que a sociedade aloca em naturalizar esse processo, operando sobre a inferiorização da mulher em detrimento ao homem. A naturalização das funções dos diferentes sexos mascara a realidade e legitima a superioridade do homem branco (SAFFIOTI, 1987, p. 08).

Ao constatar que esses papéis decorrem do processo histórico que favoreceu e legitimou a superioridade masculina, é possível mobilizar meios para desconstruir o modo como as relações sociais estão organizadas. Consequentemente, esse movimento gera efeitos na forma como o poder está representado. Por isso, é imperioso questionar e refletir sobre as implicações do gênero nas relações sociais e institucionais. Assim, “a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro” (SCOTT, 1995, p. 22).

O poder que envolve as relações sociais pode ser entendido a partir de inúmeras perspectivas teóricas. Contudo, dentro das organizações, as relações de gênero estão imbricadas, na maioria das vezes, por práticas simbólicas, expressas por meio de ideologias, discursos, entre outros. Trata-se do poder simbólico descrito por Bourdieu (1989, p.7): “O poder simbólico é, com efeito, esse efeito invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Ademais, o poder que os homens exercem sobre as mulheres costuma ser perpetuado pelas instituições (família, igreja e escola).

Vale ressaltar que, as relações de gênero e de poder estão entrelaçadas e não dizem respeito, somente, ao resultado da interação entre homens e mulheres (POUGY, 2012). Mas, também, resvalam em outras questões, envolvendo raça e classe, por exemplo. Portanto, é fundamental abordar a articulação entre gênero, classe e raça, porque acredita-se que as desigualdades de poder encontram fundamentação nessas três esferas (SCOTT, 1995).

A raça e as relações de poder

De outro modo, o conceito de raça foi construído fundamentado pela ideia das diferenças biológicas, não pelo sexo, mas pela cor da pele e pelos traços físicos que o sujeito apresenta. Sustentando a ideia da hierarquia racial, ou seja, uma raça seria superior a outra. Com o passar do tempo, essa concepção não tinha sustentação científica, aspecto que resultou em um termo inapropriado. Contudo, ainda está presente nos discursos, deixando de ter uma conotação biológica para se tornar social. Dessa forma, no presente estudo, a raça é entendida como uma construção social (CABECINHAS; AMÂNCIO, 2003), estabelecida a partir das formas de classificar e identificar que conduzem as ações humanas, com o objetivo de manter e reproduzir as diferenças e privilégios existentes na sociedade (GUIMARÃES, 1999). Portanto:

É importante destacar que se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira (BRASIL, 2004, p. 13).

Apesar de não haver uma defesa explícita da hierarquia racial, a ideia de raça biológica ainda é bem vívida no imaginário popular, contribuindo como suporte para a disseminação das ideologias racistas. Sobretudo, atualmente, em que o racismo adquiriu uma nova roupagem, ocorrendo de forma mais sofisticada e sutil, por meio do distanciamento, ou seja, não há justificativa para raças superiores ou inferiores, mas cada sujeito deve ocupar um lugar que foi previamente determinado para ele (CABECINHAS; AMÂNCIO, 2003; LIMA; VALA, 2004).

Para Quijano (2005, p. 2), é evidente que a ideia de raça foi desenvolvida para consolidar as estruturas de poder, legitimando a conquista dos colonizadores “de um discurso, na qual o binarismo inferior/superior, se relacionava, respectivamente, à dicotomia colonizado/colonizador. A ideia de raça e sua diferenciação serviram para naturalizar o que era propagado por este discurso colonial” e resultou numa das formas mais eficientes de dominação social.

Segundo Almeida (2019), o racismo concebe o poder como um subsídio fundamental na relação racial. Pois, o poder está nas mãos daqueles que dominam a organização política e econômica da sociedade. Para que esse domínio seja perpetuado, os interesses do grupo dominante devem ser instaurados na sociedade e isso ocorre por meio de ações que tornam o modo de ser desse grupo como hegemônico, natural e normal. Para exemplificar, podemos destacar a educação brasileira que, por muito tempo, disseminava o conhecimento oriundo dos colonizadores. Temos também, o domínio acerca dos aspectos culturais, estéticos e práticas de poder que se tornam o modelo vigente na sociedade.

A dominação resultante do racismo, ocorre por meio de critérios raciais que favorecem a permanência de um grupo racial no poder. Tal domínio perpassa o âmbito individual e resvala no campo institucional, ou seja, o racismo não implica, apenas, nas relações estabelecidas entre um sujeito sobre o outro, mas também, de um grupo sobre outros grupos. Essa dominância é possível quando um grupo exerce controle sobre os aparatos institucionais que organizam a sociedade

(ALMEIDA, 2019). Diante disso, podemos questionar: Quem são as pessoas que detêm o poder em nosso país? Quem são os dominados e os dominadores? Saffioti (1987) revela que o poder é exercido por homens brancos, estes têm a superioridade legitimada para ocuparem o topo, nos diversos espaços da sociedade, ou seja, onde existir o poder, lá estarão homens brancos.

Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos (ALMEIDA, 2019, p. 27-28).

A percepção social naturalizada, que eleva o homem branco como um sujeito superior, dotado de força, inteligência e demais atributos, autoriza esse sujeito a ser o ocupante dos cargos de poder na sociedade (SAFFIOTI, 1987). Tal estrutura é legitimada pelo poder político que contribui para a discriminação sistemática de grupos minoritários (ALMEIDA, 2019 e beneficia aqueles que controlam o poder político e econômico do país (SAFFIOTI, 1987). Diante disso, é necessário empreender mudanças que resultem na ocupação dos espaços de poder por pessoas negras e por outros grupos que compõem as minorias, baseado nos aspectos éticos, políticos e econômicos (ALMEIDA, 2019).

Por fim, ao considerar a obtenção de conhecimento como uma forma de exercício do poder (conhecimento é poder), então, é possível que no sistema educacional brasileiro, mais especificamente, na educação superior, o homem branco seja o sujeito que tenha presença marcada nas IES, exercendo o seu poder, legitimado, sobre os demais sujeitos.

GÊNERO E RAÇA NA DOCÊNCIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

O gênero na docência superior

Embora, as mulheres tenham maior presença na educação, as pesquisas têm apontado para uma distinção do quantitativo de mulheres no ensino superior. Outrossim, nos anos básicos elas representam 80% dos professores no Censo Escolar de 2017, no ensino superior elas representam apenas 45,5% dos docentes em exercício. Fato que suscita investigações e discussões a respeito da presença da mulher nesse nível de especialização da educação brasileira (INEP, 2018).

A docência, ao longo do século XX, consolidou-se, essencialmente, como uma profissão feminina (VIANNA, 2001) e a presença das mulheres no magistério ganhou maior destaque na história da educação brasileira. Essa mudança não ocorreu ao acaso, havia uma ideologia de base jesuítica que significava o trabalho da professora como um instrumento para a salvação da alma e como sendo responsável pela formação de cidadãos para servir a pátria, além de ser uma vocação, associando à bondade e à tolerância (MATOS, 2017). Destarte, a interface gênero e docência teve correlações importantes com a distinção sexual do trabalho como formas sutis de relações de poder para o controle funcional de uma sociedade que tinha o homem como gênero superior (VIANNA, 2013) e que dominava as políticas públicas, os meios de comunicação e até mesmo a estrutura educacional (MATOS, 2017).

As discussões sobre o gênero na docência apresentam que, a feminização do magistério atendia as premissas que a mulher era a “colaboradora predileta de Deus em sua obra de amor” (FISCHER, 2008, p.327), sendo o exemplo no qual os alunos deveriam se guiar. Entretanto, numa perspectiva crítica, toda essa falsa ideologia associava-se às péssimas condições de trabalho, ao rebaixamento salarial delas, e à estratificação sexual da carreira docente (VIANNA, 2012, 2013). Sendo assim, ao

constatarmos a diminuição das mulheres nos quadros efetivos da docência de nível superior, inferimos que, sobre esta realidade, existe um atravessamento ainda mais severo: sobre a desigualdade naturalizada a partir da concepção de que existem profissões essencialmente femininas; as mulheres não as dominam de fato.

Diante disto, reportamos ao entendimento sobre as relações de poder discutidas por Bourdieu, em 1995, na obra *A dominação masculina*. Embora, não tenha, especificamente, tratado sobre gênero, as ideias sobre masculino e feminino se assemelham a essa realidade educacional. Porquanto, ao investigarmos a “dominação masculina” a partir de uma perspectiva simbólica, compreendemos que o poder masculino impõe significações percebidas como legítimas; de modo a dissimular as relações de força que sustentam a própria força do homem. Pois, ainda na atualidade, não seria difícil encontrarmos justificativas, baseadas em ideologias meritocráticas, para o fato de haver mais homens na educação superior (CARVALHO, 2004).

Constatar que as mulheres são minoria do quadro docente do nível superior, revela a manutenção de uma ordem desigual a partir dos sexos e preserva as relações de poder em que o homem esteja sempre no topo. Mesmo diante de muitas discussões, essas relações se mantêm assimétricas tal na sociedade quanto nas IES. Estas são espaços em que a diversidade é exaltada, contudo, não é uma realidade no que se refere ao corpo docente.

Sabemos que é o homem branco que detém o poder na sociedade brasileira (SAFFIOTI, 1987). Esse sujeito vem há muito tempo usufruindo dos privilégios resultantes da naturalização do processo sócio-histórico que o coloca acima das mulheres brancas, dos homens negros e das mulheres negras. Conforme percebemos, dessa dominação não escapa nem os espaços e profissões que passaram pelo processo de feminização ao longo da história, a exemplo da docência. Pois nas camadas superiores da educação, eles se fazem presentes e estão em maioria, não apenas nos dados relativos ao Censo da Educação Superior 2018 (Quadro 1). Mas também, em pesquisas que analisaram as instituições isoladamente (BRITO, 2017a; SOARES; SILVA, 2018).

Quadro 1 – “Perfil” típico dos docentes das IES por categoria administrativa – Brasil - 2018

Atributos do Vínculo Docente	Categoria Administrativa	
	Pública	Privada
Sexo	Masculino	Masculino
Idade	38	38
Escolaridade	Doutorado	Mestrado
Regime de Trabalho	Tempo Integral	Tempo Parcial

Fonte: Censo da Educação Superior 2018 – Notas Estatísticas (INEP, 2019, p. 11).

No que diz respeito a trajetória percorrida pelos docentes, o estudo de Backes, Thomaz e Silva (2016) analisou o percurso acadêmico de cinco professoras da Universidade Federal do Pampa. Os dados foram obtidos por meio de um questionário virtual que apontou o quantitativo de docentes por área do conhecimento, e também, permitiu entender a escolha delas pela licenciatura, uma área caracteristicamente feminina. Os achados indicam que a instituição é um espaço predominantemente masculino, onde são reproduzidas as diferenças de gênero existentes na sociedade, em que mulheres e homens tendem a ocupar diferentes áreas. Achados semelhantes foram apontados por Barreto (2015), quando não encontrou assimetria na distribuição de docentes segundo o sexo, estando as mulheres concentradas em determinados cursos e departamentos, e ausentes dos cargos de direção e de prestígio, no quadro de docentes da Universidade Federal da Bahia.

Em um contexto mais específico, buscamos conhecer a formação do corpo docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e encontramos alguns dados disponíveis no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da instituição. Nesse espaço é possível encontrar O relatório estatístico dos docentes por categoria funcional, o qual revela que não há uma diferença de gênero significativa no quadro docente, porém, os homens são a maioria e representam 52,4% (900), enquanto as mulheres correspondem a 47,6% (819) do total de professores que atuam na UFS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2020). Destarte, mesmo não havendo uma diferença expressiva acerca do gênero, devemos nos questionar em quais áreas atuam essas mulheres, as funções que ocupam, entre outras.

Essas informações reforçam os dados do Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil – GEA, publicados em 2014, que também denunciavam a sub-representação das mulheres em áreas do conhecimento no ensino superior. A disparidade identificada entre homens e mulheres pode ser observada e discutida a partir de algumas perspectivas: na primeira, podemos inferir que dessa assimétrica inversão da presença feminina no ensino superior resulta mais uma forma de dominação e exclusão em determinados espaços; na segunda, existem os estereótipos de gênero relacionados às profissões, os quais limitam a atuação das mulheres em áreas do saber tidas como masculinas; e a terceira, a ausência delas, no nível mais alto de poder simbólico nas instituições de ensino, revela uma desigualdade social naturalizada por uma série de mecanismos que sustentam as relações de poder entre os gêneros de maneira desfavorável às mulheres (BARRETO, 2014).

A raça da docência superior

A sociedade brasileira é marcada pela ausência e invisibilidade dos negros nos espaços sociais de prestígio, fato que em decorrência das ideologias que sustentavam uma falsa superioridade de raças, fizeram com que o negro não fosse enxergado enquanto cidadão, mesmo depois da abolição (GONÇALVES, 2018). Assim, as desigualdades sociais existentes na escravidão se perpetuaram a partir da negligência do governo em construir um projeto que concedesse, de fato, a cidadania aos negros, ao invés de uma simples promoção à marginalidade (MOURA, 1988) quando os deixou a própria sorte, restituindo-lhes à liberdade com a Lei Áurea.

Em relação aos aspectos educacionais, constatamos que, a educação brasileira não permitiu à presença dos negros nas escolas e universidades durante muito tempo (GONÇALVES, 2018). Mesmo em meio as várias transformações sociopolíticas ocorridas, os problemas oriundos do racismo que sustentavam as desigualdades raciais em nosso país, demoraram muito a serem percebidos (DOMINGUES, 2008), tendo os movimentos sociais dos negros um papel extremamente importante para as conquistas obtidas na atualidade, resultado de lutas e brigas por direitos à população negra. De modo que, falar de raça na docência superior em nosso país, precisa partir do ponto que a educação foi pensada para uma raça distinta, e não foi à negra.

O reconhecimento da dinâmica racial associada ao cerceamento dos negros aos espaços educacionais, nos leva a entender que tal prática fez parte de um projeto ideológico racista, muito bem estruturado, que privou os negros do acesso à educação, uma vez que ela sempre foi usada como ferramenta para justificar uma relação de poder e conhecimento (FIGUEIRA, 2017; FILHO, 2013). Pois, a ausência da população negra nesse espaço de saber (a escola e universidade), veste-se de significado simbólico acerca do modo como a sociedade foi estruturada e enfatiza a escola como um espaço de discriminação, imitando aspectos da sociedade (TRAGTENBERG, 1985).

Por muito tempo, os negros estiveram do lado de fora das escolas e universidades. Essa exclusão, fruto dos diversos mecanismos sociais que impediam o acesso e a permanência dos negros à escolarização, ocasionou à naturalização da ausência desses sujeitos nos espaços educativos. Ou seja, a política do branqueamento, não oficialmente normatizada, sempre imperou nos espaços educacionais (SILVA, 2016). Assim, existe uma relação direta do processo histórico com os dados atuais que expõem as disparidades do quantitativo racial daqueles que ocupam os espaços de

prestígio nas instituições escolares em nosso país (CARVALHO, 2005; COELHO, 2003).

A problematização da realidade citada nos leva a compreender que, os docentes são os atores sociais que exercem o poder dentro das organizações de ensino, ou seja, a figura do professor é revestida de subjetividade que integra as relações de poder no ambiente escolar (FILHO, 2008) e a pouca representatividade negra na docência reflete um lugar social do grupo negro na sociedade. Conforme demonstram os dados do Censo da Educação Superior de 2017, que dos quase 400 mil profissionais, os quais lecionavam em universidades públicas e particulares do Brasil, apenas 62.239 mil, o equivalente a 16%, se autodeclararam pretos ou pardos (INEP, 2018).

A universidade, principalmente, a pública deve ser caracterizada pela diversidade de pensamento e conhecimento (SILVA, 2016). Entretanto, percebemos que houve e ainda persiste uma visão eurocêntrica em todas as práticas e lógicas estabelecidas na educação deste país. A exemplo, temos a ideologia do mérito que, por ser fruto do individualismo, aliena a dimensão coletiva na produção de conhecimento e descarta os arranjos sociais que atravessam essa realidade (SILVA, 2016). Essa ideologia se transfigura em argumentos contrários às políticas de inclusão racial, contribuindo para que os próprios agentes da exclusão não a reconheça.

As pesquisas têm apresentado a existência de um *apartheid* na docência do ensino superior brasileiro (CARVALHO, 2006; MORENO, 2018), uma evidência do que anteriormente nomeou Carvalho (2003) de racismo acadêmico. Pois, há uma invisibilidade de pessoas negras nesse nível de qualificação profissional. Tal percepção é ratificada pelo fato que, até bem pouco tempo, o censo da educação não realizava o levantamento da cor da pele do professor, comprovando a realidade que era naturalizada pela ausência de negros nesses espaços de poder. A exemplo, podemos acessar o relatório de estatísticas dos professores no Brasil, publicado em 2004, pelo INEP.

A Universidade de São Paulo-USP, por exemplo, uma das mais renomadas em todo o país, possui apenas 1,83% de professores pretos e pardos. Os docentes brancos representam 94,6%, e recentemente, não fazia levantamento racial em seu quadro docente (GONÇALVES, 2018). Situação análoga foi encontrada por Veloso (2018), que constatou a porção de 1,77% dos professores da Universidade de Brasília no grupo dos docentes negros. O contexto exposto é ainda mais preocupante quando suscitamos que ambas as instituições têm destaque no cenário nacional e são pioneiras em políticas públicas com recorte racial. Mesmo assim, a ausência de docentes negros é acentuadamente grande.

Os dados acima apresentados, em si são preocupantes, e são reforçados com a literatura sobre o assunto, pois os dados atuais não destoam das informações que há décadas eram produzidas. Conforme observamos na tese de doutorado produzida por Ribeiro (2001), quando analisou quatro universidades públicas no Estado de São Paulo e relatou o árduo e difícil trabalho de encontrar os 17 docentes negros para seus estudos. Outrossim, Silva (2016) denuncia a baixíssima representatividade dos negros no quadro docente de dez universidades públicas do país com reconhecido destaque nacional e Larbone (2009) sinaliza para a necessidade de uma ampla pesquisa sobre a etnia dos docentes da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, para nortear uma real inclusão racial de pessoas negras ao quadro docente.

Associado a baixa representatividade dos negros na docência, destacamos outro aspecto emblemático que permeia essa realidade: a naturalização da ausência negra. Esta, no presente estudo é interpretada como a ausência de dados e relatórios estatísticos sobre a composição racial do quadro docente das IES. Pois, é recorrente encontrarmos em sites, especificamente nas abas dos setores de recursos humanos das IES, informações sobre a idade, categoria funcional, gênero dos professores e técnicos que integram a instituição. Entretanto, ao que parece ser uma regra, há uma ausência de informações sobre a raça dos que compõe o quadro docente e de técnicos, conforme podemos observar na Universidade Federal de Sergipe e em outras realidades (BRITO, 2017a; NOGUEIRA, 2017; SOARES; SILVA, 2018).

As informações expostas nos leva a inferir que a ausência de informações sobre a raça dos professores, além de dificultar as pesquisas sobre esse aspecto, são dados sociais importantes. Pois, correspondem a uma realidade ainda invisível, pouco discutida. Outrossim, parte da premissa que a raça não atravessa o caminho “meritocrático” da carreira docente, ou em outras palavras, não há razão para coletar dados raciais dos docentes e quando coletados, por uma questão de praxe dos formulários de cadastramento, essa informação não é relevante. Diante disso, o que podemos esperar das proporções de docentes negros nas demais instituições de ensino superior do país? A literatura aponta para um quadro altamente excludente da docência negra nos espaços educacionais no Brasil e corrobora a ideia defendida por Miranda (2017) de que a ciência no Brasil tem cor.

As docentes negras – os dados da dupla exclusão

Diante de um quadro marcado pelas desigualdades raciais de docentes negros no ensino superior, analisando a interseção de gênero e raça, constata-se que a maior disparidade ainda envolve a condição da mulher negra como professora universitária. Situação marcada pela exclusão, pouca visibilidade, inserida em um ambiente que favorece a segregação racial (CRISOSTOMO; REIGOTA, 2010; BRITO, 2017a). Quando inseridas, estão, predominantemente, nos cursos de Letras e Pedagogia (NOGUEIRA, 2017), ou, simplesmente, não há presença feminina negra nos cursos de graduação, a exemplo dos cursos de Geografia, Filosofia e Ciências Sociais (BRITO, 2017b). Mas também, há aquelas que estão ocupando espaços tipicamente masculinos, como Física e Bioquímica (NOGUEIRA, 2017).

Sendo uma minoria, as docentes negras ainda necessitam empreender estratégias que possibilitem a permanência no espaço acadêmico em meio as adversidades impostas pelos marcadores de gênero e raça (EUCLIDES; SILVA; SILVA, 2016; PIRES, 2014). Essa realidade é reforçada pelas estruturas raciais características de nossa sociedade que são mascaradas pelos discursos de trajetórias meritocráticas dos poucos que chegam à docência de nível superior e, para aquelas que ousam, a trajetória é carregada de enfrentamentos, por parte do sujeito, para a não conformação às estruturas de poder em nossa sociedade (ARBOLEYA; MEUCCI, 2015). Destarte, quando aglutinadas as desigualdades de gênero e raça no Brasil percebe-se que elas afetam, principalmente, as mulheres negras. Pois, “a mulher negra, “na ordem das bicadas”, é a que ocupa o último lugar, sendo duplamente discriminada: por ser mulher e por ser negra” (SAFFIOTI, 1987, p.52).

Segundo o Censo da Educação Superior realizado em 2016, havia 219 doutoras pretas atuando nos cursos de pós-graduação, quantidade equivalente a 4% do corpo docente em todo o país. A situação agrava quando somamos as doutoras pretas e pardas, porção que não chega a 3% dos docentes. Por outro lado, os 13.198 doutores brancos representam o maior grupo de docentes que atuam na pós-graduação, quantitativo que corresponde a 24% dos docentes. Na sequência encontramos as professoras brancas que totalizam 10 mil profissionais ou a porção de 19% dos 53.995 professores inseridos nos cursos de doutorado, mestrado e especialização (FERREIRA, 2018).

O Censo também informa que 44% dos docentes optaram por não declarar a cor/raça nos questionários (FERREIRA, 2018). A falta de informações mais precisas não está, somente, nos dados oficiais do Estado, a ausência da categoria cor/raça é algo recorrente nos estudos que abordam a docência na educação superior (BRITO, 2017a). Inclusive, nas instituições, não há dados referentes à raça, somente a gênero, ou seja, as IES não realizam o recorte racial dos profissionais que formam o corpo docente (NOGUEIRA, 2017; SOARES; SILVA, 2018). Portanto, podemos afirmar que não é somente o ensino que tem cor, mas também as pesquisas, as teorias adotadas, os argumentos, as práticas, entre outros (MIRANDA, 2017).

CONSIDERAÇÕES

Nas últimas décadas muitos avanços foram contabilizados na sociedade brasileira no que se refere a equidade racial e de gênero. Entretanto, talvez ainda estejamos muito distantes de experienciamos

uma sociedade diversa em todos os segmentos sociais e que suas bases sejam pautadas em práticas que vislumbrem a igualdade entre os cidadãos. Em meio a paulatina mudança social, seguimos discutindo aspectos da desigualdade que aos poucos têm ganhado interesse no meio acadêmico para discussões aprofundadas nas facetas da dominação que o patriarcado e o racismo exercem no cerceamento de oportunidades aos negros e mulheres neste país.

De certo, seguindo o perfil da sociedade brasileira, a academia ainda retrata uma severa realidade aristocrata: os brancos são os que comandam os engenhos! E o racismo acadêmico (CARVALHO, 2003) se perpetua em um espaço que é ideologicamente marcado pela diversidade. Todavia, esta que perfaz o quadro racial de docentes no Brasil é de uma ausência de docentes negros.

Ainda, percebemos que o espaço de poder nas organizações de ensino superior no Brasil, pelo poder simbólico atribuído a função do docente de nível superior, revela que os negros estão longe de serem vistos como pessoas que contribuem para o conhecimento acadêmico e sejam dignas de dividir o espaço de potência intelectual com os brancos. Contexto que salienta a urgente necessidade de serem empreendidas políticas inclusivas para a inserção da população negra nos espaços de docência de nível superior (SILVA, 2016).

Constatamos também que, os homens estão no comando da educação. Mais especificamente, são maioria na docência superior, conseqüentemente, nos espaços de prestígio das IES brasileiras. Sobre esse aspecto, sendo a docência uma profissão essencialmente exercida por mulheres em nossa sociedade (MATOS, 2017), o fato de serem os homens que dominam o último nível hierárquico da educação brasileira revela que a dominação masculina se perpetua das maneiras mais disfarçadas possíveis. Tudo isso, sem abordarmos as discussões sobre os estereótipos de gênero nas profissões e das implicações sociais que deles possam vir a interferir no direito ao exercício pleno da escolha profissional não pautada por estereótipos.

A dominação masculina, perpetrada pela ocupação dos mais altos níveis hierárquicos nos variados setores da sociedade, reforçam o padrão patriarcal ao qual foram estabelecidas as bases da sociedade brasileira. Também, temos o modo como o discurso meritocrático se torna uma arma argumentativa recorrente para compreendermos as desigualdades sociais de nosso país. Porém, tais argumentos ainda são mais vazios quando percebemos que as mulheres estão presentes, em maioria, na educação básica.

Como ápice das ausências de representatividade na docência superior, os sujeitos que estão na posição de pertença a grupos minoritários dentro dos arranjos sociais de relações de poder nos espaços educacionais são as mulheres negras. Estas são as que mais sofrem e estão fora dos espaços da docência superior e as poucas que conseguem ocupar tal espaço relatam histórias de percursos marcados pela discriminação e resistência a um contexto racista que não as enxerga de maneira igual.

Assim, torna-se imprescindível promover ações para atenuar as desigualdades de gênero e raça e democratizar a docência na educação superior brasileira. Isso pode ocorrer por meio do fortalecimento e da ampliação das políticas afirmativas que visam garantir a educação aos grupos que historicamente foram explorados e excluídos. Além disso, as instituições devem fazer o recorte racial e de gênero na coleta das informações dos profissionais que atuam nesses ambientes e promover ações que contribuam para ampliar e valorizar a diversidade. Acredita-se que, interseccionar raça e gênero contribui para desnudar as hierarquias que confirmam as categorias historicamente construídas, possibilitando aos sujeitos atuarem no combate às desigualdades.

Por fim, os resultados e as discussões elencados neste artigo colaboram com a comunidade acadêmica e científica suscitando questionamentos acerca das desigualdades raciais e de gênero e da ausência, principalmente, do recorte racial nas informações disponíveis nas instituições e nos estudos. Os docentes negros precisam ser considerados, percebidos e inseridos nas pesquisas. Por isso, estudos futuros devem se debruçar sobre a intersecção de gênero e raça para expor as realidades e as fragilidades que geram um abismo entre os grupos, bem como as conquistas que a sociedade tem

alcançado no combate ao racismo e ao sexismo. Pois a raça e o gênero da docência de nível superior em nosso país ainda limita-se ao modelo ideal da sociedade de séculos passados: homem branco.

REFERÊNCIAS:

- ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. Tradução Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARBOLEYA, A.; MEUCCI, S. Trajetórias de docentes negros no ensino superior brasileiro e a construção de REA e XIV ABANNE, 2016, Maceió. **Anais [...]**. Maceió, AL: UFAL, 2016. Disponível em: <http://www.eve.ufal.br/2020>.
- BACKES, V. F.; THOMAZ, J. R.; SILVA, F. F. Mulheres docentes no ensino superior: problematizando o Pampa. **Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade**, Inhumas, v.9, n.2, <http://www.brajets.com/index.php/brajets/article/download/354/173>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- BARRETO, A. A mulher no ensino superior distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, R http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.
- BARRETO, P. C. S. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 1, p. 39-64, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00039.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- BARRETO, R. M.; CECCARELLI, P. R.; LOBO, W. L. O negro e a mídia: novas possibilidades de representação. In: LEMOS, F. C. S. (Org.). **Conversas transversalizantes entre Psicologia Política, Social-Comunitária e saúde e direitos**. Curitiba: CRV, 2017, p. 709-718.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de março de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 7 ago. 2019.
- BRITO, A. E. C. A balança de Efa: uma análise quantitativa de raça e gênero sobre a inserção de negros no ensino superior (2016-2017). **Revista Gênero**, Niterói, v.18, n.1, p. 06-25, 2017a. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revista-genero>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- BRITO, A. E. C. Professoras negras na Universidade Federal da Bahia - UFBA: cor, status e desempenho. In: 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, SC: UFPA, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497393061_ARQUIVO_artigofinal_reevisado.pdf.
- CABECINHAS, R.; AMÂNCIO, L. A naturalização da diferença: representações sobre raça e grupo étnico. In: **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 1, p. 1-21. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1598>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- CARVALHO, J. J. Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisas e nos concursos: o racismo acadêmico. In: GONÇALVES E SILVA, P. B.; SILVERIO, V. R. (Org.). **Educação e ações afirmativas**. Brasília: Inep/MEC, 2003.
- CARVALHO, J. J. **Inclusão étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Atlas, 2011.
- CARVALHO, J. J. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista PADÊ**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/view/144>. Acesso em: 26 jul. 2020.
- CARVALHO, M. E. P. Pierre Bourdieu sobre gênero e educação. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2364/2068>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- CARVALHO, M. R. V. **Perfil do professor da educação básica**. Brasília, DF: Inep, 2017. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkKW1/document/id/1473981.

COELHO, W. B. Docência e relações étnico raciais docência e relações étnico raciais no ensino superior: . 2003. Disponível em: http://www.ufscar.br/~revistaolhar/pdf/olhar8/OLHAR8_11.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

CRISOSTOMO, M. A. S.; REIGOTA, M. A. S. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. *Arquivos de Psicologia*, v. 18, n. 1, p. 93-106, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-407720100002. Acesso em: 10 jul. 2020.

DOMINGUES, P. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de História*, n. 39, p. 517-534, 2008.

EUCLIDES, M. S.; SILVA, S. P. S.; SILVA, J. Quando se é mulher, negra, doutora e professora universitária: trajetórias e narrativas. *Revista de História da UFPA*, v. 14, n. 1, p. 1-10, 2016, Maceió. *Anais [...]*. Maceió, AL: UFAL, 2016. Disponível em: <http://www.eve.ufpa.br/revista/revista-14-1-2016>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FERREIRA, L. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. *Revista de História da UFPA*, v. 14, n. 1, p. 1-10, 2016, Maceió. *Anais [...]*. Maceió, AL: UFAL, 2016. Disponível em: <http://www.eve.ufpa.br/revista/revista-14-1-2016>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FIGUEIRA, M. S. **Experiência e pesquisa: racismo, relações de poder, educação e arte**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/11061/11061>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FILHO, A. M. **Relações de poder e dominação no processo educativo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/91270>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FILHO, N. T. A educação como fonte e forma de poder. *Revista Científica Semana Acadêmica*, v. 12, n. 1, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/educacao-como-fonte-e-forma-de-poder>. Acesso em: 26 jul. 2020.

FISCHER, B. D. A professora primária nos impressos pedagógicos (1950–1970). In: STEPHANOU, M.; BASTOS, A. **da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005, v. 3, p. 324–35.

FOLLADOR, K. J. A mulher na Visão do Patriarcado Brasileiro: Uma Herança Ocidental. *Revista Fato & Verso*, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2018. Disponível em: <http://revista.catolicaonline.com.br:81/revistadigital/index.php/fatoeversoes/article/view/3/102>. Acesso em: 09 abr. 2018.

FRANCISCO, M. S. Discursos sobre colorismo: educação étnico-racial na contemporaneidade. *Ensaio Filosófico*, v. 17, n. 1, p. 1-10, 2015. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo18/07_FRANCISCO_Ensaio_Filosofico_volume_XVII. Acesso em: 10 jul. 2020.

GONÇALVES, R. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. *Poiésis*, Tubarão, v.12, n. 1, p. 1-10, 2018. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/7358>. Acesso em: 20 jul. 2020.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censos-demograficos>. Acesso em 26 jul. 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo>. Acesso em: 10 jul. 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo>. Acesso em: 10 jul. 2020.

INEP. **Estatísticas dos professores no Brasil**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Estat%C3%ADsticas+dos+professores+no+Brasil/2cfab31>. Acesso em: 26 jul. 2020.

INSTITUTO ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações de** Desenvolvimento Interamericano. 2016. Disponível em: https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_tac. Acesso em: 10 jul. 2020.

KREUTZ, L. Identidade étnica e processo escolar. **Cadernos e Pesquisa**, [s. l.], n.107, 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/epsic/v9n3/a02v09n3.pdf](#). Acesso em: 20 jul. 2020.

LARBONE, A. A. Trajetória de docentes do ensino superior: ações afirmativas no contexto da Universidade Federal de Sergipe. **Diversidade: Estudos e pesquisa**. Recife: UFPE/MEC-SECAD, 2009.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**. Disponível em: [http://www.scielo.br/epsic/v9n3/a02v09n3.pdf](#). Acesso em: 11 fev. 2019.

LIPPMANN, W. **Public Opinion**. New York: Macmillan, 1922.

MATOS, I. D. M. Dominação, relações de gênero e trajetórias de elevação da escolaridade. **Revista Sociais & Humanas**. Disponível em: [https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/27279](#). Acesso em: 20 jul. 2020.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se tornaram. **Revista Brasileira de Sociologia**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200003&lng=en&nrm=iso](#). Acesso em: 20 jul. 2020.

MIRANDA, S. F. Políticas de identidade no contexto da discussão racial: a academia negra no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**. Disponível em: [https://www.scielo.br/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e171201.pdf](#). Acesso em: 20 jul. 2020.

MORENO, A. C. Negros representam apenas 16% dos professores universitários. **G1 - Imagens**. Disponível em: [https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apesas-16-dos-professores-universitarios.ghtml](#). Acesso em 16 jun. 2020.

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NOGUEIRA, A. M. R. O lugar das professoras negras na Universidade Federal de Santa Catarina. In: *Seminário Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. Anais [...]*. Florianópolis, SC: UFSC, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499469299_ARQUIVO_FazendoGenero2017](#).

PAIM, A. S.; PEREIRA, M. E. Aparência física, estereótipos e discriminação racial. **Ciências & Cognição**. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212011000100002](#). Acesso em: 20 jul. 2020.

PIRES, M. F. C. **Docentes negros na universidade pública brasileira: docência e pesquisa como resistência**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2014. Disponível em: [http://www.repositorio.unicamp.br/handle/2014/2014](#). Acesso em: 24 ago. 2018.

POUGY, L. G. Notas sobre políticas públicas de gênero e Serviço Social. **Revista Paria Vermelha**, Rio de Janeiro. Disponível em: [https://revistapraiavermelha.wordpress.com/edicoes-anteriores/](#). Acesso em: 08 jun. 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **Colonialidade e Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, M. S. P. **O romper do silêncio: história e memória na trajetória escolar e profissional dos docentes do Estado de São Paulo**. 2001. Tese (Doutorado em Didática), Universidade de São Paulo. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48133/tde-03072003-154636/pt-br.php](#). Acesso em: 26 jun. 2020.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica. 1987.

SANTOS, E. V. **A influência da cor da pele nas representações sociais sobre beleza e feiura**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5971/1/ELEONORA_VACCAREZZA_SANTOS.pdf](#). Acesso em: 20 jul. 2020.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 1-16, 2007. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/4066>. Acesso em: 02 abr. 2017.

SILVA, M. L. **Memória dos professores negros e negras da Unilab: tecendo saberes e práxis antirracista**. Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/15>

SOARES, C. B.; SILVA, F. F. Professoras universitárias negras rompendo a fronteira da invisibilidade. *In: VI Seminário de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Natal, RN: UFRN, 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/35.pdf>.

STEELE, C.; ARONSON, J. Stereotype threat and the intellectual test performance of African Americans. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 69, n. 5, p. 797-811, 1995. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/7473032/>. Acesso em 26 jul. 2020.

TAJFEL, H. **Human groups and social categories: studies in Social Psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

TRAGTENBERG, M. Relações de poder na escola. **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 4, 1985. Disponível em: <https://www.luanova.org.br/revista/1/4/1985-4-1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Docentes por categoria funcional**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/home.jsf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

VELOSO, S. Aprovação das cotas raciais na UnB completa 15 anos. **UnB**. Disponível em: <https://fga.unb.br/unb-gama/unb-agencia/aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos>. Acesso em: 12 jun. 2018.

VIANNA, C. P. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade profissional. **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: ABRAPROF, 2019. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44242>. Acesso em: 20 jul. 2020.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero na docência. **Cadernos Pagu**, [online], n. 17, p. 1-18, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

* Doutorando em Psicologia Social e Cognitiva pela Universidade Federal de Sergipe. e-mail: israeljairo@hotmail.com

**Doutoranda em Psicologia Social e Cognitiva pela Universidade Federal de Sergipe. e-mail: patriciamatosd_23@hotmail.com

***Professora Associada do Departamento de Psicologia, e Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. E Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Socialização e Atitudes Intergrupais e Racismo - GPSAIR. e-mail: dalilafranca@gmail.com